



# PRÁTICA FORENSE PENAL

## Capítulo VI – Prisão e Liberdade Provisória

### 15) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia

“P” foi preso em flagrante acusado da prática de homicídio simples. Por se tratar de crime inafiançável, seu advogado deve buscar a liberdade provisória sem fiança.<sup>1</sup>

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da \_\_\_\_.<sup>a</sup>  
Vara Criminal da Comarca \_\_\_\_.<sup>2</sup>  
Inquérito n.º \_\_\_\_

(Nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), titular de carteira de identidade Registro Geral n.º \_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º \_\_\_\_, domiciliado em (cidade), onde reside (rua, número, bairro), por seu advogado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a sua

#### LIBERDADE PROVISÓRIA,

sem arbitramento de fiança,<sup>3</sup> com fundamento no art. 5.º, LXVI, da Constituição Federal, pelos seguintes motivos:

1. O indiciado foi preso em flagrante no dia 21 de abril próximo passado, sob a alegação de ter sido surpreendido desferindo golpes de faca em Beltrano de Tal, por volta das 22:00 horas, no interior do bar situado na Rua \_\_\_\_, n.º \_\_\_\_, nesta cidade. A vítima não teria resistido aos ferimentos e faleceu, motivo pelo qual, quando foi detido, a autuação se fez com base em homicídio simples.

2. O auto de prisão em flagrante respeitou os ditames legais e o indiciado encontra-se preso no presídio \_\_\_\_ (local).

3. Entretanto, o acusado faz jus à concessão da liberdade provisória, sem fiança, levando-se em consideração o disposto no art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, vez que ausente qualquer sustentáculo para a decretação da prisão preventiva.

4. Sem pretender ingressar no mérito, analisando se, realmente, foi ele o autor do homicídio, ou, se o fez, qual teria sido a justificativa a tanto, pois o momento

<sup>1</sup> Se o pedido for formulado depois do recebimento da denúncia ou queixa, ver o modelo próprio.

<sup>2</sup> Há Comarcas, como São Paulo, que possuem um Departamento ou Vara exclusiva para Inquéritos Policiais. Assim, o inquérito somente é distribuído para uma Vara Criminal quando já conta com denúncia ou queixa. O pedido de liberdade provisória deve, pois, ser encaminhado para esse Departamento ou Vara privativa.

<sup>3</sup> Pede-se a liberdade provisória – e não o relaxamento da prisão em flagrante – quando a prisão foi realizada dentro dos parâmetros legais. Assim ocorrendo e cuidando-se de delito inafiançável (consultar os arts. 323 e 324 do CPP), o ideal é solicitar ao juiz que conceda a liberdade provisória sem fiança.

é inadequado, busca-se ressaltar a Vossa Excelência a impropriedade da manutenção da prisão, merecendo o indiciado ser posto imediatamente em liberdade.

5. Não há motivo algum para a decretação da sua custódia cautelar, uma vez que os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal não estão presentes.<sup>4</sup> O acusado é primário, não registra antecedentes, tem endereço e emprego fixos (documentos de fls. \_\_\_\_ ) e não há evidência alguma de que pretenda fugir à aplicação da lei penal, de que possa perturbar o correto trâmite da ação penal ou que possa colocar em risco a ordem pública.

6. Nesse sentido, pode-se mencionar a lição de \_\_\_\_.<sup>5</sup>

7. Outra não é a posição da jurisprudência: \_\_\_\_.<sup>6</sup>

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, conceder-lhe liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, quando intimado.

Termos em que, ouvido o ilustre representante do Ministério Público<sup>7</sup> e expedindo-se o alvará de soltura, Pede deferimento.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Advogado

<sup>4</sup> Se a prisão em flagrante não for relaxada, cabe liberdade provisória (art. 5.º, LXVI, CF), com ou sem fiança, desde que não estejam presentes os requisitos da prisão preventiva. O advogado deve demonstrar ao juiz que tal situação inexistente.

<sup>5</sup> Se houver, citar algum trecho de doutrina pertinente.

<sup>6</sup> Caso tenha relação com o caso, pode-se citar algum acórdão, mencionando-se a fonte.

<sup>7</sup> A concessão de liberdade provisória, com fiança, prescinde da oitiva prévia do MP.